

VITÓRIA DO GOVERNO

Senado prorroga DRU até 2011

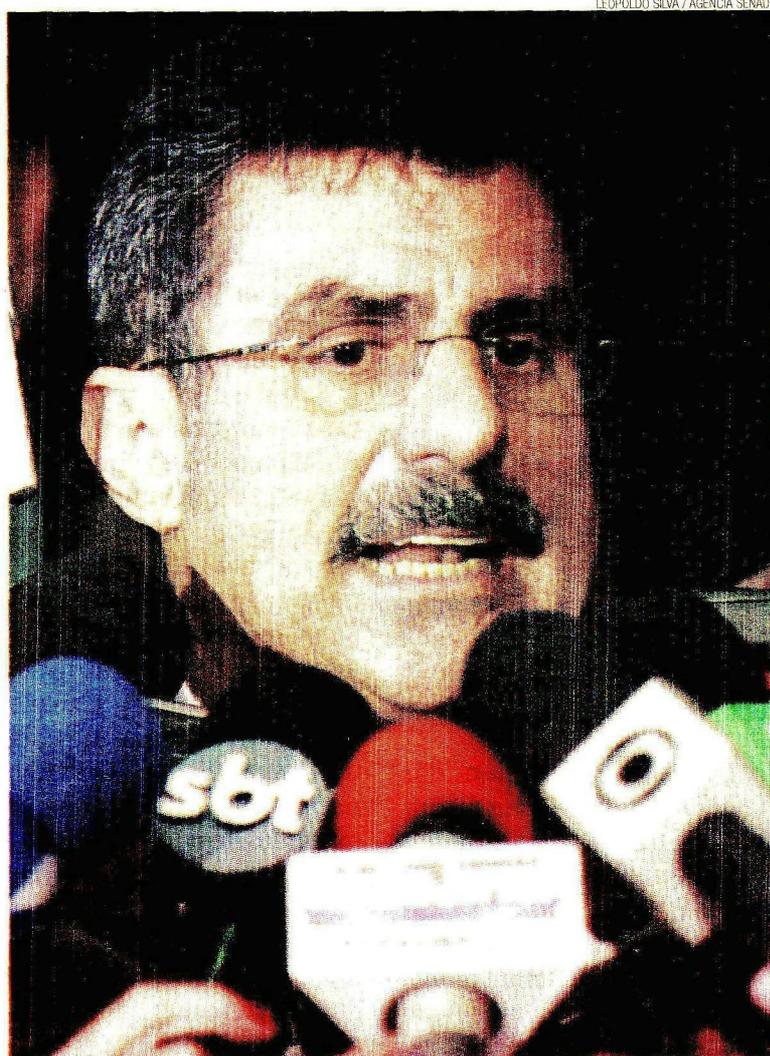
Governo pode gastar livremente 20% da arrecadação e garante ajuste fiscal

CARLOS IRASTORZZA COM AGÊNCIAS

O plenário do Senado aprovou ontem, por 65 votos a 6, a proposta de prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que permite ao governo gastar livremente 20% da arrecadação federal até 2011. Às 10h de hoje haverá sessão no Congresso Nacional para promulgar a matéria.

A votação foi considerada pelo governo uma vitória parcial, já que a proposta estava vinculada ao texto que pedia a prorrogação da CPME, derrotado pelo plenário há uma semana. Sem o imposto do cheque, a Receita deixará de arrecadar cerca de R\$ 40 bilhões, em 2008.

A DRU deve liberar cerca de R\$ 80 bilhões para gastos de qualquer natureza, com destaque para a economia visando o pagamento de ju-



Segundo Jucá, DRU dá continuidade a projetos do governo

ros da dívida pública, o superávit primário.

"A DRU permite que o governo possa retirar até 19%

da sua arrecadação, transferindo recursos vinculados a setores específicos para o equilíbrio das contas, para o

ajuste fiscal", explicou Francisco Dornelles (PP-RJ).

A oposição só aceitou votar a prorrogação da DRU, após um acordo firmado com o governo faltando poucas horas para a abertura do placar eletrônico no plenário.

"A aprovação da DRU contribui para o ajuste fiscal, para o superávit e dá a garantia de continuação de vários projetos prioritários", disse o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

"Estamos inaugurando uma fase nova. Se ao longo da [votação da] CPMF tivesse havido um entendimento entre partidos, e não a tentativa de cooptação de parlamentares, talvez o resultado fosse diferente", alfinetou o líder do Democratas no Senado, José Agripino (RN).

Acordo

No acordo, os partidos aceitaram quebrar os prazos regimentais que, em tese, deveriam ser cumpridos entre as votações em primeiro e segundo turno.

Em troca, o Palácio do Planalto se comprometeu a discutir com a oposição, a partir de fevereiro, a reforma

tributária, os cortes no orçamento decorrentes do fim da CPMF e a revisão da proposta de regulamentação da emenda 29, que estipula o piso de investimentos estatais em saúde.

Segundo o senador tucano Álvaro Dias (PR), o Planalto designou os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Paulo Bernanrdo, para negociar diretamente com a oposição o ajuste das medidas. "Se [o acordo] não for cumprido, a oposição vai exacerbar e o governo sabe que, em matéria tributária, precisa da oposição", advertiu Dias, pouco antes do início da votação da DRU no Senado.

Nos bastidores, a oposição forçou o governo a aceitar duas condições para evitar o fim da DRU: que o corte das emendas parlamentares seja equilibrado entre parlamentares governistas e de oposição, e que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não faça discursos públicos, em que aponta a oposição como a responsável pelos problemas de infra-estrutura de saúde.